

## Mídia e Política: estratégias para a construção do “capital simbólico” dos políticos

*Media and Politics: Strategies for building the “symbolic capital” of political*

PEDRINHO A. GUARESCHI

Pós-doutor em Ciências Sociais na Universidade de Wisconsin (1991); Pós-doutor em Ciências Sociais na Universidade de Cambridge (2002). Professor Convidado do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do Grupo de Pesquisa Ideologia, Comunicação e Representações Sociais.  
<[pedrinho.guareschi@ufrgs.br](mailto:pedrinho.guareschi@ufrgs.br)>

MARIA ISABEL NUNES LOPES

Mestranda em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
<[mariaisabellopes50@gmail.com](mailto:mariaisabellopes50@gmail.com)>

### RESUMO

O artigo apresenta os resultados de uma investigação ampla feita com atores políticos para identificar suas percepções sobre a importância da mídia na construção do fato político, tendo como método a Hermenêutica de Profundidade (HP), de John Thompson (2011). Nosso corpus de pesquisa foi composto por 14 entrevistas com políticos, distribuídos nas esferas Federal, Estadual e Municipal, sendo 2 senadores da República, 6 deputados federais, 4 deputados estaduais e 2 vereadores. A filiação partidária foi assim delimitada: 6 integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT), 2 do Partido Progressista (PP),

### ABSTRACT

This article presents the results of an ample investigation carried with political actors in order to identify their perceptions on media's importance in the construction of political fact. The adopted method here is John Thompson's (2011) depth hermeneutics. The body of research is composed by 14 interviews with politicians, distributed throughout the federal, state and municipal spheres: two of them being Senators, 6 federal congressmen, 4 state congressmen and 2 city counsellors. The party affiliation was so defined: 6 members of the Labour Party (Partido dos Trabalhadores – PT), 2 member of the Progressive

2 do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), 2 do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), um do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e um do Partido Socialista Brasileiro (PSB). As narrativas demonstram os acordos e práticas ocultas aos eleitores/cidadãos. Revelamos como os meios de comunicação reafirmam sua capacidade de criar ou destruir carreiras políticas. A conclusão fundamental a que a investigação chega é que existe uma dissimulação orquestrada com o fim de manter relações assimétricas de poder, perpetuando ideologias dominantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política. Ideologia. Meios de comunicação.

Party (Partido Progressista – PP), 2 members of the Socialism and Liberty Party (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL), 2 member of the Brazilian Democratic Movement Party (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), one member of the Brazilian Labour Party (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB) and one member of the Brazilian Socialist Party (Partido Socialista Brasileiro – PSB). The narratives presented here through these interviews show deals and the practices not directly evident for voters and Brazilian citizens. We endeavour to reveal how the means of communication reaffirm their capacities of creating and/or destroying political careers. The fundamental conclusion presented here is that that are orchestrated dissimulation that objectify the upkeep of asymmetrical relations of power and perpetuation of hegemonic ideologies.

**KEYWORDS:** Politics. Ideology. Media.

**A**nalizamos neste estudo (dissertativo) as narrativas de 14 atores políticos acerca dos fatos midiáticos que os envolve e como eles percebem esses fatos. Encontramos nas narrativas o jogo político claramente demonstrado. Um cuidado nas assertivas, uma desconfiança em narrar/contar suas versões e suas relações com os meios de comunicação. Todo cuidado é pouco, no caso dos políticos que demonstram conhecer e usar a máxima “tudo o que disser será usado contra você” como uma realidade monstruosa acima de suas cabeças, lembrando-nos da lenda da Espada de Dâmoqueles – *Se errares, perecerás pela espada.*

Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla<sup>1</sup> cujo objetivo foi investigar como se estruturam as relações entre mídia e política e como as diferentes formas de visibilidade, viabilizadas pela mídia, transformam-se em relações de poder. Em nosso corpus de pesquisa, contamos com 14 entrevistas com políticos, distribuídos nas esferas

Federal, Estadual e Municipal, sendo 2 senadores da República, 6 deputados federais, 4 deputados estaduais e 2 vereadores. A filiação partidária foi assim delimitada: 6 integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT), 2 do Partido Progressista (PP), 2 do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), 2 do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), um do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e um do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Metodologicamente optamos pela Hermenêutica de Profundidade (HP), de John Thompson (2011), com suas quatro fases – análise sócio-histórica, análise discursiva e narrativa, interpretação/reinterpretação crítica. Isto nos possibilitou analisar de forma mais criteriosa como são transmitidas e recebidas, em um determinado momento histórico, as formas simbólicas comunicacionais.

As narrativas dos entrevistados são carregadas de construções simbólicas complexas, que apresentam uma estrutura articulada. Elas convocam as análises discursiva e argumentativa entre as afirmativas ou asserções, organizadas ao redor de certos temas, “buscando operadores lógicos que demonstrem os argumentos de poder, especialmente utilizados pelos discursos políticos” (Thompson, 2011, p. 374). Ao interpretar e reinterpretar os dados é permitido explicitar a conexão entre o sentido do que é apresentado ou dito; é determinado e predeterminado através de um processo contínuo de interpretação da ideologia apresentada.

O objetivo deste trabalho é identificar as relações entretidas entre os políticos e os meios de comunicação na construção dos fatos políticos midiaticizados. O intuito é fomentar a crítica sobre o fenômeno comunicacional enquanto poder dissociado dos demais poderes constituídos legitimamente.

Para atender nosso objetivo, elegemos quatro etapas: 1) Primeiramente analisamos os meios de comunicação como o novo espaço público substitutivo da *Ágora Grega*. Toda discussão no mundo da vida decorre daquilo que é midiaticizado pelos diversos meios comunicacionais. 2) Em seguida, tratamos de examinar a política e o político,

suas práticas, seus atos estruturantes e estruturados, que se desenrolam em um campo soberano da sociedade – o direito maior de liberdade de expressão. Analisamos o percurso social e histórico da constituição política do povo brasileiro e, especificamente do Rio Grande do Sul, porque os entrevistados são todos gaúchos e suas trajetórias políticas nos remetem ao velho modo político do sul: *o caudilhismo*. 3) Destes dois pontos surge a terceira etapa: o exame da visibilidade midiática como prática indispensável a todo candidato à carreira política, uma vez que *o ver* e *o ser*, vistos nos meios de comunicação, geram a credibilidade entre seus pares e seus eleitores. 4) Nesta etapa examinamos a dissimulação encontrada nas narrativas e que demonstrou ser uma das formas de ideologia. Ao finalizar os estudos, apontamos como os achados da pesquisa a demonstração de que as relações da mídia e da política são permeadas por acordos e parcerias realizadas distantes daquilo que os meios de comunicação informam ao público em geral.

### **Meios de comunicação: transformação da *Ágora* em visibilidade midiaticizada**

Os meios de comunicação, na contemporaneidade, transformaram-se na nova *Ágora*. O local, onde se realizam os debates do espaço público, onde os grupos organizados, minoritários, a sociedade civil organizada ou não, as instituições e o próprio Estado buscam dar visibilidade às ações realizadas ou por realizar. Percebemos claramente essa transformação na esfera pública (ou espaço público), analisando as diversas manifestações midiáticas, levadas a efeito pelas comunidades que, se quiserem ver e serem vistas, necessitam que os meios de comunicação mostrem suas ações.

Ao olharmos os movimentos de rua, especialmente, os ocorridos no Brasil, em junho de 2013, encontraremos uma insatisfação generalizada em inúmeros segmentos sociais, que só alcançaram a proporção que tiveram pelo efeito da visibilidade que os

meios se obrigaram a dar. Os políticos, o Estado e os Governos foram surpreendidos com a força demonstrada, recolheram-se aos acordos e sessões restritas para tentar satisfazer os anseios populares.

O crescimento dos múltiplos canais de comunicação e informação contribuiu significativamente para a complexidade e imprevisibilidade de um mundo já extremamente complexo. Criando uma variedade de formas de ação à distância, dando aos indivíduos a capacidade de responder de maneira incontrolável a ações e eventos que acontecem a distância, o desenvolvimento da mídia fez surgir novos tipos de inter-relacionamento e de indeterminação no mundo moderno.

Obviamente, dentro do campo de interação mediada há indivíduos que têm mais oportunidades de usar a mídia para vantagem própria do que outros. A realidade, hoje, pode ser considerada como uma atmosfera social e cultural e isso

“

*porque cada um de nós, individual e coletivamente, está cercado por palavras, ideias e imagens que penetram nossos olhos, nossos ouvidos e nossa mente, quer queiramos ou não, e que nos atingem, sem que o saibamos, do mesmo modo que milhares de mensagens enviadas por ondas eletromagnéticas circulam no ar sem que as vejamos e se tornam palavras em um receptor de telefone, ou se tornam imagens na tela de televisão.”*

(Moscovici, 2011, p. 33)

Uma das consequências mais importantes, trazida pelas novas tecnologias e materializada pela mídia, foi a transformação da natureza do que poderíamos chamar de “publicidade” e, estreitamente ligada a ela, a transformação das

maneiras como as pessoas e acontecimentos são tornados “visíveis” aos outros. É a partir dessas mudanças que a distinção entre o público e o privado, com uma longa história no pensamento social e político ocidental, que pode ser remetida à Grécia clássica e ao início do desenvolvimento do direito romano, sofreu profundas alterações.

No novo espaço mediado, “público” significa agora aberto, ou acessível a outros. O que é público, nesse novo sentido, é o que é visível ou observável, o que é desempenhado diante de espectadores, o que é aberto para que todos, ou muitos, possam ver e ouvir, ou falar a respeito. O que é privado, em contraste, é o que é escondido da vista, o que é dito ou feito em segredo, ou entre um círculo restrito de pessoas. Nesse sentido, a dicotomia público-privado tem a ver com “publicidade” versus “privacidade”, com abertura versus sigilo, com visibilidade versus invisibilidade. Um ato público é um ato visível, desempenhado abertamente, de tal modo que todos possam ver; um ato privado é um ato invisível, um ato desempenhado secretamente e atrás de portas fechadas (Thompson, 2012).

O espaço público tornou-se uma realidade comunicacional efetivada através dos meios de comunicação, mas não um espaço institucionalizado como esfera pública. Na afirmação do próprio Habermas, “a esfera pública não pode ser concebida como uma instituição e certamente não como uma organização (...) [ela] pode melhor ser descrita como uma rede para a comunicação de informações e pontos de vista” (Bucci, 2002, p. 64).

Destarte, a política, nas democracias liberais, está ultrapassada em sua forma representacional das classes, das agremiações ou partidos políticos. Não há esfera de atuação dos interesses comum de uma nação, estado ou cidade. Pois a *ágora* somente ocorrerá quando e como os meios de comunicação assim o desejarem, assim o agendarem ou assim o pautarem.

Os políticos estão conscientes que suas ações e falas podem ser examinadas por jornalistas e ocasionalmente divulgadas nos diversos meios de comunicação, e que eles podem se tornar assim visíveis dentro do campo político mais amplo. Por conseguinte, os políticos tendem a monitorar de perto a cobertura da mídia sobre suas ações e falas, e, cada vez mais, buscam estruturá-las tendo cuidado com a informação e as imagens que se tornam disponíveis, e fornecendo referências para a interpretação dos acontecimentos.

Um mecanismo informal que passou a desempenhar um papel central a esse respeito é o das pesquisas de opinião. Sendo que o diálogo com os eleitores é necessariamente limitado e as eleições são raras, as pesquisas de opinião passaram a ser um mecanismo amplamente aceito para avaliar o apoio no amplo campo político. Elas são usadas não apenas para construir as políticas, mas também para avaliar o impacto das mudanças de políticas e da popularidade dos governos, dos partidos, de líderes particulares, ou possíveis líderes. Frequentemente divulgadas pela mídia e comentadas pelos jornalistas, políticos e outros, as pesquisas de opinião tornam publicamente acessíveis e contestados índices de mudança nas relações entre profissionais e não profissionais no amplo campo político, índices que são monitorados de perto pelos políticos e usados por eles em suas lutas com outros no subcampo dos políticos profissionais.

O campo político foi se constituindo cada vez mais como um campo midiático – isto é, um campo em que a visibilidade midiática dos líderes políticos se tornou sempre mais importante e em que as relações entre líderes políticos e cidadãos comuns foram crescentemente moldadas pelas formas mediadas de comunicação (Thompson, 2008).

A crescente visibilidade dos líderes políticos, as mudanças nas tecnologias de comunicação e vigilância, a mudança na cultura jornalística e a mudança na cultura política contribuíram para a sempre maior prevalência dos meios de comunicação.

## A política e o político: práticas e tensões

Somos seres políticos por excelência. “O homem é um animal político”, já nos ensinava Aristóteles em 1253 (*Política*, Livro I). Que política realizamos hoje? Como fazemos política? O que é política? Questionamentos necessários em mundo globalizado, onde inúmeras formas de exercício político coexistem e transformam o mundo.

O conceito de política deve ser diferenciado do conceito de político. A primeira trata do arcabouço institucional, organizado, representativo. Como afirma Rancière (2008), seria “política/polícia”, necessária, mas questionável, e não a única dimensão da política. O político seria a política como atividade que reconfigura os quadros sensíveis nos quais se definem as relações coletivas, sociais, e onde são negociados seus objetos. A atividade política rompe com a evidência da ordem “natural” que destina os indivíduos, os grupos sociais ao comando e à obediência, à vida pública ou à vida privada, a uma pré-definição de espaço ou de tempo, a certas maneiras de ser, de ver e de dizer. Palavra e ruído. Retórica e barulho. Ambas são dimensões da política. Assim, afirmamos que política não é exercício do poder ou a luta pelo poder e que seu quadro não está definido pelas leis e instituições.

A primeira questão política é saber que sujeitos concernem a essas instituições e a essas leis, que formas de relações definem uma comunidade política, que objetos configuram essas relações, que sujeitos estão aptos a discuti-los. A política então é um paradoxo, onde a lógica dos corpos no seu lugar dentro da distribuição do comum e do privado, que é uma distribuição do visível e do invisível, da palavra e do ruído, é o que propus antes com o termo de “polícia”.

A política verdadeira praticada é identificada por práticas que rompem com essa ordem policialesca que antecipa as relações de poder. O político, a atividade política, mesmo não institucional ou partidária, acontece através da invenção de uma instância de enunciação coletiva que redesenha o espaço dos afetos (o que afeta o “nós”). O que

une a política e o político é esse campo de tensão, já mencionado por Arendt (2012), tanto a política é a ação do homem que exerce sua liberdade. Liberdade de falar e, mais que falar, é poder dizer a sua palavra e ser ouvido, porque detentor do direito de ser humano. Quais ações se exercitam hoje na esfera pública? Quem tem o direito de dizer a palavra e praticar a ação livre em nosso tempo? Temos mais perguntas do que respostas.

A organização política diz respeito às fundações de um Estado estabelecido de modo definitivo num dado período de tempo, incluindo suas normas e leis escritas e não escritas (costumes). As Constituições e os sistemas legais regulam o processo político. As regras do processo político encontram guarida nas formas de governo que, no Brasil, é a democracia. As democracias são regimes políticos onde a origem do poder está no povo, no cidadão. A distribuição do poder e o controle do seu exercício também estão nas mãos do povo. Todos os membros da sociedade têm iguais direitos políticos. É esse valor político que constitui a soberania popular, base da organização de um regime democrático.

O processo político baseia-se em uma série de etapas, desde os primeiros interesses da sociedade (associações, agrupamentos religiosos, organizações comunitárias, etc.) até a criação dos partidos políticos que se encarregam de articular esses interesses em um conjunto mais amplo e mais abrangente de alternativas que serão implementadas nos sistemas político e administrativo quando chegarem ao poder. Na medida em que se desenrolam as etapas, as posições vão sendo articuladas, mediadas, conduzidas em direção a um consenso, transformadas e integradas a um processo de práticas coletivas, onde os objetivos mais importantes da ação a ser empreendida decorrem da identificação conjunta de interesses e de persuasão do outro, transformando reciprocamente as posições defendidas anteriormente e dando forma a interesses e necessidades gerais, mesmo que ainda não bem definidas.

O sucesso na política não se dá pela adaptação dos meios para atingir os fins previamente determinados, mas sim pela integração de várias pessoas e de vários fins, juntamente com os acordos resultantes de discussões que os acompanham de modo a encontrar soluções reais para os objetivos comuns da sociedade. Resta claro que os ciclos políticos, relativamente longos no processo político, nas democracias, são sempre determinados pelo ritmo dos ciclos eleitorais. Estes delimitam o modo como as elites políticas eleitas irão calcular o tempo que lhes é permitido para atingir seus objetivos.

Ao analisar o banco de dados das entrevistas do projeto “Mídia e Política – Visibilidade e Poder”, encontramos um universo restrito a atores políticos vinculados a partidos com posicionamento de esquerda; além disso, todos os entrevistados são oriundos do Rio Grande do Sul, onde começaram sua carreira política. Temos um aporte “caudilhista” muito forte onde o comando é focado em um chefe, independentemente do partido ou de seus pares, como nos exemplifica a trajetória de Julio de Castilhos e Getulio Vargas. Os antepassados que ocasionaram mudanças significativas na política nacional nasceram deste solo. As relações entretidas com os meios de comunicação em épocas remotas anotam a parceria, a comunhão, os acordos como forma de comando e manutenção do poder. Vivíamos em épocas de comando e dominação do poder político de poucos que se utilizavam dos meios disponíveis para exercer a direção de muitos. A criação de jornais como forma de debate e disputa política era comum.

Características reais em um período não muito distante que possibilitou a um Governador da Província de São Pedro<sup>2</sup> – Júlio de Castilhos, redigir e aprovar uma Constituição elaborada por ele mesmo. Somos um povo aguerrido e bravo, mas também somos submissos a poderes instalados e estruturados por Políticos “à moda antiga”. A história política do Rio Grande do Sul é permeada de esquecimento do povo, de seus direitos, de suas necessidades, de suas prioridades. Nossa política necessita de mitos

para seguir, adorar e submeter-se. As simpatias políticas são pessoais e não partidárias, agregamo-nos aos indivíduos e não aos programas políticos partidários. Isso gera um fenômeno chamado de apartidarismo, ocasionando uma instabilidade eleitoral que ancora o candidato e não o programa. Somos duais por excelência: situação *versus* oposição, maragatos *versus* chimangos, etc.

No Brasil, estas nossas características foram bem marcadas. Na Era Vargas (1930-1945), após o rompimento da política do café-com-leite, se dá a Revolução de 1930, através da qual Getúlio Vargas (gaúcho) assume o poder. Nasce aqui às primeiras organizações partidárias com capacidade de mobilização das massas populares, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), dentre outras. Em 1937, Vargas dá o golpe e entramos no Estado Novo, onde as atividades partidárias foram extintas.

Entretanto, é no Estado Novo que ocorre um significativo esforço no sentido de justificar o regime e difundir uma imagem positiva do mesmo junto às camadas populares. A preocupação com a propaganda ficou evidente muito antes, já em 1931, quando do surgimento do Departamento Oficial de Publicidade (DOP). O órgão conheceu várias mudanças até que, em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), diretamente subordinado à presidência da República.

A Constituição de 1937 considerou a imprensa serviço de utilidade pública e lhe impôs uma série de restrições. Jornalistas e jornais tiveram que se registrar no DIP e passaram a conviver com a figura do censor, que vistoriava cada uma das matérias antes de sua publicação. Vários matutinos foram encampados pelo governo, como *A Manhã* (RJ) e *A Noite* (SP), ou sofreram intervenção, como ocorreu com *O Estado de S. Paulo*. As atividades do DIP, porta voz oficial do poder, incluíam a edição de revistas, com destaque para *Cultura Política*, que reunia importantes intelectuais, responsáveis pela justificação ideológica do regime, *Brasil Novo* e *Estudos e Conferências*, assim como

a produção e publicação de uma ampla gama de livros, desde cartilhas até obras que justificavam o golpe de 1937, louvavam as realizações governamentais e a figura de Getúlio. Vivia-se uma ditadura em todos os sentidos. Muito presente o personalismo político caudilho.

Uma democracia liberal se instala no país (1945-1964), caracterizando-se pela relevância da conjuntura política internacional para a análise da política nacional (antevisão da globalização). Começa a mudança. A Segunda Guerra estava em seu fim trazendo consigo uma onda democrática contrária aos regimes totalitários. No Brasil nasce o novo sistema partidário com uma nova lei eleitoral, preocupada em fortalecer os partidos políticos em nível federal. Nesse momento, os quatro partidos mais relevantes eram o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PSD (Partido Social Democrático), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O PTB esteve no Governo durante grande parte desse período em aliança com o PSD. O PCB era o representante da força de esquerda no espectro político brasileiro nessa época, entretanto foi extinto sob a alegação de que seus princípios contrariavam os valores democráticos durante o Governo Dutra.

Sob essa mesma alegação deu-se o golpe militar (1964-1985), que levou a política brasileira ao bipartidarismo forçado. Permitiu a existência de um partido de oposição (MDB) para dar uma aparência de democracia. Tínhamos, então, dois partidos criados pelo Ato Institucional nº2/65, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Mais uma vez o controle aos meios de comunicação ocorreu como na primeira ditadura, o cerco aos meios de comunicação foi brutal. A censura operou a favor do Governo, legitimando e informando somente as ações “empreendedoras” no país do “Ame-o ou deixe-o” e do “País que vai pra frente”; tempos escuros e obscuros que ainda necessitam estudos e muitas revisões. O curso da história no contexto político brasileiro demonstra o ir e vir da batalha entre

os políticos e os meios comunicacionais como forma de manutenção da dominação de um povo. São fronteiras muito voláteis.

Passado o período ditatorial, surge a abertura política controlada, denominada de redemocratização, onde surgiram os grupos e agrupamentos da sociedade organizada – associações culturais, sindicatos, movimentos estudantis, grupos paroquiais, dentre outros, o que renasceu a pressão da opinião pública fortalecendo a oposição ao governo. O Governo Militar extinguiu o bipartidarismo, ocasionando o surgimento de alguns partidos num primeiro momento. O PDS (Partido Social Democrático) praticamente uma continuação da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), que, em 1995, passa a se chamar PPB (Partido Progressista Brasileiro) e que fará surgir de suas dissidências o PFL (Partido da Frente Liberal); o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) que em suas discordâncias fará surgir o PSDB (Partido Social Democrático Brasileiro), hoje denominado PFL (Partido da Frente Liberal); o PDT (Partido Democrático Brasileiro), organizado a políticos ligados ao trabalhismo varguista; o PT (Partido dos Trabalhadores), uma das construções mais singulares da política brasileira, constituído de intelectuais, sindicalistas, marxistas, alas progressivas do movimento católico.

Após 1985, não houve mais restrição à criação de partidos políticos e passamos a assistir a uma explosão de partidos. Na década de 80, do século passado, foram criados 8 partidos; na de 90, 16; em 2000 foram criados 3; e na década em curso até o presente momento já foram criados 5. No Tribunal Superior Eleitoral encontram-se registrados 32 partidos políticos atualmente. Alguns partidos são considerados apenas como legendas de aluguel para candidatos oportunistas em época de eleição. A proliferação de legendas partidárias nos remete à essência da democracia, onde todos os grupos da sociedade devem, ou deveriam, se fazer representar. Entretanto, não é o que assistimos no Brasil. Os acordos das lideranças não atendem ou escutam as minorias partidárias,

onde a legislação disciplina o tempo de exposição nas propagandas políticas de acordo com a representatividade partidária na Câmara e no Senado delimita a visibilidade e a oportunidade de dizer a palavra.

### **Visibilidade: uma moeda com valor inestimável**

A disputa pela visibilidade é crucial para os candidatos a qualquer cargo eletivo e em qualquer das instâncias (Federal, Estadual, Municipal), e em qualquer das formas de eleição: majoritária ou proporcional. O que importa é como “vender-se” nos meios de comunicação através de uma estratégia que possibilite o ganho do capital simbólico do político: a credibilidade e a confiança pessoal no candidato.

Selecionamos a afirmativa do entrevistado E1<sup>3</sup>, do Partido Progressista, nos demonstra claramente esse entendimento. Afirma o narrador: *“É a maneira de mostrar o trabalho que está sendo realizado; os problemas enfrentados, os pontos positivos e negativos. Porque é através da mídia, de uma forma geral, que as pessoas tomam conhecimento”*.

O posicionamento do partido, o programa partidário, os acordos políticos de legenda, as chapas multipartidárias são secundárias porque o objetivo é personalizar o programa na figura do candidato ao cargo. Uma vez eleito, o candidato que atendeu aos requisitos da credibilidade pessoal e conquistou a confiança do eleitorado passa-se para a segunda etapa das candidaturas: observar e dispor os cargos na forma dos acordos efetuados na composição da chapa. Mas isso não é objeto de nosso estudo. Apenas reflexivamente o atinge.

Ao demonstrar como os partidos políticos foram se constituindo ao longo dos anos no Brasil, um país jovem, com 514 anos de “descobrimento” e alguns poucos de democracia representativa, podemos observar que as relações estabelecidas com os meios de comunicação demonstram uma forma de manipulação de interesses alheios

às necessidades da população e diversos daqueles que atenderia aos interesses da maioria. Restrita a poucos atores políticos e comunicadores.

Regionalizado o estudo, limitado aos partidos com concepções ideológicas de centro a esquerda, como apontado na introdução, não podemos afirmar que o posicionamento e formas de entender os fatos políticos mediados, apontados pelos entrevistados, refiram-se a todos os políticos brasileiros, muito embora assim o pareça nestes tempos de acordos estranhos em matéria de organização política nacional e daquilo que vemos em noticiários locais, regionais e estaduais. Entrevistamos 14 políticos rio-grandenses e, selecionamos, para este artigo, apenas três narrativas que demonstram mais claramente as relações estabelecidas entre a mídia e a política.

Para o entrevistado E8, do Partido Progressista, “a mídia é o quarto poder porque é um veículo com uma estrutura que se comunica com todas as pessoas. É um veículo de comunicação. E que tem, justamente, muita capacidade de influenciar e orientar nessa comunicação”.

Nominando os meios de comunicação como um poder diferente daqueles que constituem o Estado, o Executivo, Legislativo e o Judiciário, o narrador E8, reduz sua assertiva ao poder que a visibilidade consolidou na sua própria trajetória política:

“

*Eu me tornei uma pessoa pública por causa da mídia [...]. E, quando eu digo que sou de um partido tal, já há uma intersecção, já estou numa panela; e isso fecha muitas portas. Por exemplo: o que dá ibope ou manchete na mídia para os políticos? Tragédia.”*

Aparentemente, o entrevistado E8 não coordena sua narrativa logicamente, pois se a mídia é o quarto poder e ele deve sua carreira a esta mídia, como condenar a forma

de atuação dos meios de comunicação se ele próprio sabe como atuar dentro do jogo político-midiático? Resta claro em sua narrativa a falácia, o mistério, o apontar do erro alheio, mas reconhece a fórmula a ser usada para manter-se visível, de forma a aumentar seu capital simbólico – a credibilidade, o ver e ser visto pelos seus eleitores politicamente incorretos. Na continuidade da narrativa, um pouco mais adiante, afirma o entrevistado E8:

“*ao mesmo tempo em que tu tens a mídia influenciando diretamente a política, tu tens a política monetariamente influenciando diretamente a mídia. Aqui [...] nós temos a verba de publicidade, então esta verba, muitas vezes, pode servir para calar a boca de quem está recebendo a sua verba de publicidade. Vamos ser sinceros aqui, então: uma coisa influencia a outra. A mídia e a política. [...] A política interfere na vida das pessoas, e é óbvio que ela vai interferir na mídia, seja com verba de publicidade, seja com as ações.*”

O Estado, a República, a democracia e a mídia, em termos essenciais, “não são nada do que parecem ser”, nem mesmo do que deveriam ou dizem ser. Estão muito longe do ideal para atender aos interesses reais da maioria da população. A mídia visa, primeiramente, o lucro, e não a verdade dos fatos ou uma análise intensa. A notícia é fruto de um filtro, cuja porosidade é permeada pelo equilíbrio entre a verdade e o interesse comercial dos anunciantes, os interesses particulares dos políticos, dos financiadores, dos proprietários dos veículos de comunicação. Enfim, “raras são as pessoas que conseguem se livrar da matrix nossa de cada dia” (Reis, 2009, p. 308).

Percebemos na análise das entrevistas que a política se assemelha ao teatro e se utiliza de suas maneiras de atuar para fazer crer aos assistentes (plateia/eleitores) que o apresentado no palco é a realidade. O jogo político ocorre tanto nos bastidores como no palco. O que difere sua ocorrência é a possibilidade de percepção pela plateia. Nos bastidores são realizados acordos e se tomam grandes decisões que são inacessíveis ao grande público; o que é levado para o palco é um jogo de cena direcionado aos não iniciados (o povo) e serve apenas para distrair a plateia, mantendo o sistema político e o mito da democracia como governo para o povo.

A publicação e a propaganda deste jogo revelam-se combinada também nos bastidores com o aval dos meios comunicacionais. A simbiose perfeita. A narrativa do Entrevistado 7, do Partido dos Trabalhadores, demonstra essa fórmula: “O processo legislativo é um processo absolutamente irracional; mesmo que siga todos os trâmites e ficar pronto para ir a plenário, ele pode nunca ser aprovado. Pode ficar esperando 10 anos e nunca ir a plenário. Quando eles são votados? Quando a mídia puxa esse assunto para ser tramitado na política”.

O sistema mantém-se e convoca outros atores a participarem da cena, no caso, os meios de comunicação que, dando visibilidade ao jogo encenado, estariam perpetuando o sistema político vigente e atendendo aos acordos entretidos nos bastidores pelos dois agentes atuantes a serviço de um terceiro implicado, mas não revelado (poder político, poder midiático e o poder econômico).

### **A dissimulação como ideologia perpetuadora da dominação**

A dissimulação (Thompson, 2011) é uma das formas de perpetuar relações ideológicas de poder, mantendo a dominação, o *status quo*, através do deslocamento do real significado, imputando um caráter forte e evocativo (medo) enquanto sentimento real, mas ao mesmo tempo afirma a necessidade (troca de informação) de ver e ser

visto, estando na mídia. Desloca, distrai e desfoca para a cena aquilo que é comum nos bastidores. Necessitam da visibilidade como forma de aquisição do capital simbólico, especialmente necessário para angariar a confiança e a credibilidade entre seus pares e com seus eleitores. Demonstram claramente entender que são os meios de comunicação os que mais os ajudam nesta tarefa, mesmo que a relação entretida seja tensa, entendem o processo e praticam os atos necessários para a criação do fato político que será midiático. Talvez não como pensassem, mas com absoluta convicção que é somente desta forma que a publicação lhes dará visibilidade, demonstrando a necessidade relacional intensa dos bastidores para atingir o palco.

Thompson afirma que a dissimulação é uma das formas de ideologia que ele define “como o uso das formas simbólicas para criar, manter relações de dominação” (2011, p. 76). Essa prática, o uso figurativo e deslocado da linguagem, é uma característica bastante forte no mundo sócio-histórico e, em certos contextos, o sentido aplicado é manter o poder, uma vez que a afirmação mostra o contrário daquilo que se quer ocultar. É fazer-se desentendido do que realmente ocorre nos bastidores. Impossível não lembrar Fernando Pessoa em sua Autopsicografia “... é fingir que é dor a dor que deveras sente”.

Nas tratativas dos bastidores, a “pactuação” é livre e inclui todo jogo de interesses possíveis entre os atores principais (políticos, comunicadores, empresários). Anote-se que este espaço reservado é para poucos e muitos são os candidatos que desejam ingressar neste espaço. É o que encontramos nas narrativas que seguem.

Para o Entrevistado 7, do Partido dos Trabalhadores, os encontros e acordos entre a mídia e a política é comum e sempre ocorre à margem do publicável. Em sua narrativa fica demonstrado um escândalo político que não chegou ao público por “causas estranhas e alheias” a uma Comissão Parlamentar de Inquérito já instalada e atuante. Afirma o narrador:

“

*Eu tive um episódio muito forte com a imprensa quando eu fui da CPI que investigou o mensalão mineiro. [...] O que acontece, hoje, no Brasil, existe uma situação, talvez pouco percebida por muitos, que envolve o Estado de Minas Gerais. O Estado de Minas Gerais é uma coisa impressionante o bloqueio que existe da mídia e a proteção que existe ao Aécio Neves. É uma coisa nunca vista antes. Foi criado um movimento Minas sem censura. [...] Quando na CPI do Mensalão Mineiro, em uma oportunidade, eu recebi um deputado estadual de Minas Gerais, juntamente com outras pessoas, que me trouxeram toda uma documentação comprovando, de maneira detalhada, todo aquele esquema do mensalão, que teve origem lá, em Minas Gerais. Uma farta documentação, com notas fiscais, com recibos de bancos. Nós nos reunimos em um restaurante lá em Brasília e estava conosco o Diretor de Política da Isto É, [...] e dois repórteres da Isto É. Olharam aquela documentação, que era forte, com autenticação em cartório e tudo o mais, pediram 48 horas para submeter aquela documentação ao Perito da Unicamp. Voltamos a nos reunir 48 horas depois, com o laudo da Unicamp atestando a veracidade daquela documentação, pediram exclusividade para eles pela importância da matéria e nos informaram que essa seria a matéria de capa da Isto É, com sete páginas. Na sexta-feira, o Deputado Estadual, esse de Minas Gerais, me ligou dizendo que não ia sair a matéria. Eu falei: – Não, é impossível, falei com o editor ontem, falei com o repórter, a matéria, está tudo certo. [...], liguei para o editor de política em Brasília e ele me disse: – Olha, ta tendo um problema, tu vais ter de ligar para São Paulo para falar com o editor. Liguei para São Paulo e falei com o editor que me falou da*

*importância da matéria, repercussão; nós temos que ainda pegar o contraditório de algumas pessoas, nós vamos antecipar a edição da próxima semana, por causa da repercussão da história. Bom, pra finalizar a história, eu me lembro que eu peguei a **Isto É**, tinha quatro páginas do Governo de Minas Gerais e duas páginas pagas do Ministério do Turismo, onde um dos acusados era [...]. Eles venderam seis páginas, quatro pro governo de Minas e duas pro Ministério do Turismo e, até hoje, nunca saiu uma linha da matéria. Eu vi a matéria pronta para ser publicada; eu vi isso, ninguém me contou. [...] Isso foi uma demonstração, eu tava no início do mandato, do tipo de relação que é estabelecida, especialmente por essas revistas de circulação semanal do país. Muitas matérias são feitas para serem vendidas. Fazem a matéria e depois oferecem para a pessoa, se ela quer que seja publicada ou não. Se pagar, **não é publicada.**"*

Demonstra o entrevistado que a manipulação das informações é uma das formas de publicidade comum entre os políticos brasileiros, pouco importando se o fato é real ou fictício. O interesse maior é a credibilidade que esta visibilidade concederá àquele que permanecer na “vitrine” dos meios de comunicação.

O eleitor nunca saberá desses acordos, pois travados em locais reservados aos olhares simples e desavisados da massa eleitoral. Um acordo comum apenas aos participantes desta relação continuada, onde o objetivo é manterem-se no poder de comando. Sendo que esse poder visa apenas o capital lucrativo de matérias vendáveis em seus veículos comunicacionais. O poder econômico é o Poder. Para corroborar a assertiva, o narrador E7, afirma:

“

*A imprensa paga, beneficia com o espaço os seus hóspedes privilegiados, certo? Então, no Brasil, a importância dessas colunas políticas é muito grande. O painel da **Folha de São Paulo**, **O Globo**, a **Veja**, a coluna da (omitido nome). Uma colunista política, não é? Então, como os políticos, digamos assim, tradicionais, eles se credenciam nesses espaços? Negociando informação. Então, se tu quiseres espaço na imprensa, tu vais trabalhar ele com informações internas do partido, do governo. Assim, hoje se estabelece esse jogo do dia a dia da atividade política no Brasil.”*

Outros entrevistados referem-se a uma apreensão no trato com os meios de comunicação, relatando cuidado excessivo na fala, nos escritos, enfim, naquilo que poderá “não agradar” o poderio da mídia que, assim como alavancam carreiras, as destroem na mesma velocidade, através dos escândalos políticos. Nesta linha, a narrativa da entrevistada E10, do Partido dos Trabalhadores, é clara quando afirma:

“

*Eu sinto um grande medo da política em relação à mídia. A perda do poder. [...] A grande mídia pode mover iniciativas para uma censura existir, querendo ter o monopólio da informação e porque os próprios eleitos, as próprias autoridades podem se sentir questionadas muito fortemente diante desta transparência.”*

Para o entrevistado E9, também do Partido dos Trabalhadores, a supremacia dos meios de comunicação influencia até nos discursos das lideranças que se submetem a interesses variados. Vejamos a narrativa:

“

*[...] bom, o problema é que essa influência que a mídia exerce na pauta política, nas iniciativas dos atores políticos, não é só virtuosa, há uma série de outros temas que diz respeito a interesses privados, que diz respeito aos interesses da própria mídia, que também passam a pautar a iniciativa e os discursos das próprias lideranças.”*

Também na linha dissimulada da questão ideológica surge a censura como forma de “escolher” o fato ou acontecimento que será divulgado e que deverá atender aos interesses empresariais do meio comunicacional. Neste sentido a narrativa do E2, do Partido dos Trabalhadores:

“

*Há censura, ela faz uma seleção muito, muito criteriosa do que lhe interessa. A mídia, tem alguns jornais que são assim, até mais escandalosos [...]. Eles dizem {...}: Quanto tu vais dar pra mim? Teve um dono aí que disse: 'Se tu deste tanto para o fulano' e 'ele deu tanto para mim', então em quero mais tanto, senão vai sobrar para ti. O poder econômico é sempre muito presente na mídia.”*

Percebe-se nas narrativas dos entrevistados que as afirmações de medo, de censura, de submissão como forma de ligação e de relações com os meios de comunicação não passam de *dissimulação* das relações que eles mesmos demonstram conhecer.

Para demonstrar cabalmente a dissimulação como forma de manter o jogo político, elegemos a narrativa do E13, do Partido Socialista Brasileiro, que contém todas

as etapas desde o começo da carreira até a eleição como corolário do “dever bem cumprido” no atendimento aos ditames ideológicos.

Afirma o Entrevistado 13:

“

*Eu comecei minha atuação e já comecei com problemas; o Prefeito mandava os projetos, e mandava aprovar; e eu disse não, [...] vamos discutir isso pra ver se é bom, acrescentar alguma coisa. Não, não, tu és da bancada do governo e tem que aprovar o projeto. Afirmei que não concordava, votei contra uma, duas, três vezes, e acabei respondendo processo ético do partido que queria me expulsar.”*

Para reforçar seu ponto de vista, o mesmo entrevistado relata um escândalo político que envolveu a Câmara de Vereadores da qual ele era parte integrante, com todos os detalhamentos do fato, bem como suas escolhas para efetuar a denúncia. Vejamos:

“

*[...] O sujeito já estava metido no meio de boatos de gravações de políticos, que políticos tinham feito isso, de roubo, de não sei o que, pam, pam, pam. [...] Se não pagassem R\$ 15 mil, eles levariam as fitas pro Ministério Público. [...] Quando virou o ano e trocou a Presidência, quebrou o elo de ligação entre eles.”*

E a narrativa prossegue:



*Recebo um pacote com fitas gravadas e as vejo em meu escritório. Fico apavorado. Na primeira imagem que vejo é de um conhecido meu, chefe de um local onde trabalhei, e a imagem mostra um diálogo assim: – Pô, já veio tarde, tava demorando, já veio em boa hora. Com um cafezinho na mão, ela pega o dinheiro que o outro passa da gaveta e coloca dentro do bolso. [...] Precisava mostrar aquilo pras autoridades que fossem competentes. Não levei para as da minha cidade, porque eu tinha receio de que a polícia e o ministério público estivessem contaminados pela política local. Pensar como isso funciona; o Promotor tem estagiários indicados pelo Prefeito, o Promotor pode ter um filho que seja Cargo em Comissão na Prefeitura, isso acontece em cidades pequenas. Então, decidi levar para a Capital e, a partir daí, virei capa de jornal, por exemplo, Globo Repórter, foi uma coisa horrorosa, a minha vida virou de cabeça pra baixo, porque eu saí do Ministério Público Estadual já com segurança da Brigada Militar, que eram policiais à paisana, e que ficaram comigo durante anos, indo a todos os lugares, até mesmo no banheiro. Imagina a loucura. [...] Noticiado o fato, processados os envolvidos, começou uma articulação para desestabilizar minha reputação, utilizando minha profissão para criar o descrédito e acabar com minha carreira na política. A mesma imprensa que me deu oportunidade e visibilidade concedeu espaço para a difamação e calúnia dos meus oponentes que, em sua maioria, eram os mesmos atingidos pelo escândalo.*

O desconhecimento alegado e o processo sofrido no comitê de ética do partido revelam a inexperiência e a rebeldia como forma de criar patrimônio cultural simbólico, as duas formas pretendem mostrar como os aspirantes agem para serem aceitos nos

bastidores, um local de pura magia (para o bem ou para o mal). O Olimpo onde apenas alguns poucos eleitos podem transitar. Ironias a parte, percebemos na narrativa a *fragmentação* do discurso como uma tentativa de mostrar que é capaz de praticar um desafio real ao grupo dominante. Uma tentativa de pertencimento ao rol daqueles que fazem acontecer, e estes são aqueles que atuam nos bastidores.

O alvo objetivado são instituições estruturadas na sociedade: o partido político em que está inserida, a casa legislativa onde exerce seu mandato, os adversários partidários (os outros, os inimigos), o fiscal da Lei (Ministério Público de sua cidade), o prefeito, a polícia, todos são perigosos, não confiáveis. Estes alvos demonstram o que Thompson (2011, p. 87) chamou de “expurgo do outro” (a construção do inimigo), uma das formas de fragmentar para dominar e manter as relações de poder. Tanto assim que, ao buscar a capital para a sua denúncia, resta surpreendido pelo imediato contato do jornalista já sabedor do fato. Nesta etapa da narrativa se percebe claramente o objetivo da ascensão política buscada através da justificativa da não confiança nos poderes institucionais de sua cidade e que, em última tentativa, quer fazer crer ser também todo o sistema corrupto, corruptível e praticante de relações espúrias de poder.

São os jogos do poder pelo poder que movimentou o candidato-entrevistado a se utilizar das estratégias ideológicas como forma de aquisição de capital político para pertencer ao seletivo grupo dos bastidores da elite dominante. A narrativa do Entrevistado E7, acima citada, mostra claramente como os jogos de bastidores ocorrem.

O narrador E7, a época, era componente de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito<sup>4</sup>, onde se apuravam fatos e informações definidos que, em tese, poderão constituir crime ou responsabilização civil que, como membro integrante de uma comissão teve acesso às “armadilhas” que os bastidores aprontam e perpetuam como

forma de manutenção do poder constituído – a farsa do palco que obedece aos ditames dos bastidores. Também ele aspirante ao seleto grupo de “comando da elite”, narra a trama comum que ocorre em restaurantes, garagens, gabinetes, salas, saletas, sempre distante do olhar público.

A narrativa beira a falácia, entendida como *afirmação falsa ou argumento falso, por má-fé, calculado para induzir em erro*, porque se verificam da narração o conluio, o acordo, a espera e a esperteza. Se os documentos eram importantes para a CPMI, por que o encontro ocorreu longe da Casa Legislativa e ausente seus pares na investigação? Não encontramos na narrativa qualquer resposta. Podemos perceber que a prática é comum, é natural que assim ocorra. Ora, isso demonstra mais uma vez que os encontros e tratativas entre os três eixos de dominação (político, econômico e comunicacional) praticam a *reificação* (Thompson, 2011) como uma forma de retratar uma situação transitória, histórica, como se fosse permanente, natural, atemporal. Daí a ausência de resposta, tampouco qualquer indagação ou espanto da forma como se praticou o encontro. É natural que seja assim, faz parte da política.

Essa é a prática elitista que diz o que, o como e o quando, a massa popular de eleitores visualizará os acontecimentos dos bastidores. Essa prática se direciona à manutenção da limitação da participação política popular, porque reafirma e mantém a passividade inculcada no eleitor de que política é “jogo sujo”, os políticos são todos “farinha do mesmo saco”, a “política é muito complicada”, como apontamos em pesquisa anterior, divulgada no artigo “A Representação Social da Política” (2003). Nesse *paper*, identificamos que a falta de participação política é um grave problema, implicando em prejuízo para toda a estrutura social, e poderia ser chamada, aludindo a Freud, em a Psicopatologia da Vida Política, onde poderíamos examinar a dinâmica, as perturbações e patologias da vida política.

## Considerações finais

Conjugando o modo de fazer política ancorada no personalismo, uma prática que exige do candidato a qualquer cargo eletivo, a escolha de inimigos, dos maus que merecem ser atacados de todas as formas e, somando-se a isso, a necessidade de manutenção e criação de credibilidade entre seus iguais, percebemos claramente nas narrativas a continuação do modo de fazer política como propriedade para poucos escolhidos e/ou iniciados: aqueles que aprendem muito bem o jogo dos bastidores e do palco. Essa propriedade pode ocorrer pela posse de bens econômicos (dinheiro, imóveis, fortuna), de bens imateriais (títulos acadêmicos, reconhecimento profissional, grandes pensadores, idealizadores, realizadores) ou da capacidade de adaptação ao comando daqueles que detém o poder enquanto poder.

Desta forma, a prática política se distancia e muito da esfera pública, um lugar onde todos podem e devem dizer a palavra, manifestar suas preocupações, o local de excelência do tensionamento de ideias entre detentores de um mesmo direito igual por excelência legislativa e por direito humano de buscar a realização de suas necessidades materiais e imateriais. Enfim, um lugar que deu nascimento à política, mas que a política quer esvaziar de sentido e de prática.

Impossível não perceber que as relações assimétricas de poder perpetuam a dominação do povo, executando práticas antigas de esvaziamento e naturalização de valores introjetados na cultura popular: necessitamos de líderes e estes são poucos. A dominação se efetiva quando estabelecidas relações de poder sistematicamente assimétricas, isto é, quando grupos particulares ou restritos de agentes detém o poder de uma forma permanente e em grau significativo, permanecendo inacessível aos demais, independentemente da base onde essa exclusão é levada a efeito. Temos a ideologia atuando de forma subliminar, imperceptível e disfarçada de prática política naturalizada.

Temos como útil o alerta de Leal Filho (1997) ao analisar o poder da TV Cultura. Esse é um caso exemplar, pois a emissora tem expresso, em seus próprios Estatutos, que deve ser apolítica:

“

*Cabe anotar que, apesar dessa pretensa imunidade da RTC (Rede Televisão Cultura), sua programação foi sempre subordinada à vontade dos governantes do momento. A imunidade garante a permanência de um núcleo de poder inabalável, mas esse núcleo se curva ante as ingerências dos governantes... mantém o poder de fato, mas cede na programação. [...] através dessas evidências, o caráter apolítico da TV Cultura, expresso em seus estatutos, se desencanta. Quando é para garantir a manutenção do poder internamente contra a influência direta do poder público, o estatuto é erguido como barreira intransponível. Quando se trata de adequar a programação à vontade dos governantes do momento, o texto legal é docilmente esquecido. ... Para aqueles que detêm o poder, desde a sua implantação, o que conta é o poder em si mesmo.”*

(Leal Filho, 1997, p. 59-60)

Os fatos políticos mediatizados são exercícios de poder consensualmente planejados nos bastidores dos donos reais do poder. Não nos surpreende que a classe política entenda, pratique e reforce esse poder. Mudam-se as formas de governo, mudam-se os detentores dos cargos de comando, mudam-se os partidos no poder, mas o poder real continuará sendo exercido nos bastidores alheios aqueles reais donos do poder – o povo.

Eis a dominação. Eis a ideologia. Eis o retrato permanente da casa grande e da senzala. O tempo histórico muda, mas o fazer história continua atrelado a raízes colonialistas: uns poucos mandam, outros tantos obedecem. Com clareza e argúcia, o grande sociólogo Herbert de Souza afirmava que o termômetro que mede a democracia numa sociedade é o mesmo que mede a participação dos cidadãos na comunicação (citado por Rodrigues, 1996). ●

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *O que é Política?* Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução de Nestor Silveira Chaves. Clássicos de Bolso Ediouro. ISBN 85-00-20190-8.

BUCCI, Eugênio. TV, Mídia e Espaço Público Mundial na Guerra dos EUA contra Bin Laden. In: BARROS FILHO, Clóvis (Org.). *Comunicação na pólis – ensaios sobre mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). A representação social da política. In: *Os construtores da informação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. *A melhor TV do mundo*. O modelo britânico de televisão. São Paulo: Summus, 1997.

MOSCOVICI, Serge. *A invenção da sociedade: sociologia e psicologia*. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. *Os paradoxos da arte política*. Paris: Ed. WMT; Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.

REIS, Heitor. A Contribuição da Psicologia para a mídia da resistência. In: *Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. ISBN 978-85-89208-15-4.

RODRIGUES, C. *Democracia: cinco princípios e um fim*. São Paulo: Moderna, 1996.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Tradução do Grupo de Estudos do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. A Nova Visibilidade. Tradução: Andrea Limberto. *Revista Matrizes*, n. 2, p. 15-38, abr. 2008.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Mídia e Política: Visibilidade e Poder – Edital 02/2010, Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Projeto Aprovado pelo CNPq sob nº 400511/2010-0, coordenado por Pedrinho A. Guareschi.
- <sup>2</sup> Província de São Pedro foi uma das províncias do Brasil Imperial, sendo criada em fevereiro de 1821, a partir da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1807-1821). Com a [proclamação da República brasileira](#) em 15 de novembro de 1889, tornou-se o atual [estado do Rio Grande do Sul](#).
- <sup>3</sup> Utilizamos o caractere “E” seguido de um número como forma de apresentar a narrativa sem identificação do político entrevistado.
- <sup>4</sup> Na [Constituição de 1988](#), as CPIs estão regulamentadas no Art. 58, Parágrafo 3º: *As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos internos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.*(grifo nosso).

Recebido em: 02 set. 2014

Aceito em: 10 out. 2014

### Endereço dos autores:

Pedrinho A. Guareschi <[pedrinho.guareschi@ufrgs.br](mailto:pedrinho.guareschi@ufrgs.br)>

Maria Isabel Lopes <[mariaisabellopes50@gmail.com](mailto:mariaisabellopes50@gmail.com)>

Faculdade de Psicologia da UFRGS

Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Bairro Santana

90035-003 Porto Alegre, RS, Brasil

Tel.: (51) 3308-5194